

instituciones paralelas a las oficiales (las famosas “misiones sociales”, entre otras). Diga lo que diga la propaganda no se trata del escenario ideal: los derechos sociales, al no terminar de institucionalizarse, corren cierto riesgo de clientelización.

Existen indicios que, de hecho, apuntan a la (re)aparición de una práctica política —y no es un detalle menor— profundamente enraizada en la cultura política latinoamericana. El más importante tiene que ver con la dispersión institucional existente. En la Venezuela Bolivariana conviven, no en vano, al menos tres estructuras administrativas: el viejo aparato heredado de la IV República; el de nueva creación —más o menos *cubanizante*— y el popular.

El núcleo del sistema sigue teniendo dos pilares fundamentales: PDVSA y el ejército. La única diferencia es que, actualmente, la función política del Estado ha sido (re)estructurada al margen del mercado y la seguridad nacional, reinterpretada en clave social. Elemento novedoso: el liderazgo carismático de Chávez —claro exponente de las deficiencias institucionales— es el que ejerce de pulmón legitimador del régimen.

Por ahora no hay problema. Ocurre un poco como con el crecimiento económico superior al 6%: mientras que Chávez siga ganando elecciones por más de 25 puntos de diferencia no habrá riesgo pero ¿qué ocurrirá cuando el escenario cambie? Vistas las cosas desde ese punto de vista el clientelismo tiende, sin duda, a consolidar la (re)construcción del tejido social que está siendo lograda a partir de una política social expansiva.

Pero como demuestra la experiencia —no sólo de Venezuela, sino de otros países del entorno— nada es inamovible. Pese a los esfuerzos en sentido contrario (sobre todo, el que Anne Péné-Annette define como “laboratorio del Gran Este venezolano”) la dependencia que sigue existiendo de un bien fluctuante y no renovable

como el petróleo sigue siendo enorme y los déficits estructurales acumulados, difícilmente superables a corto plazo...

Todos estos factores aumentan la vulnerabilidad externa del país: Estados Unidos tiene actualmente prioridades geoestratégicas que, a priori, no pasan por América Latina. La nueva doctrina militar de Caracas se basa además —contra lo que se suele suponer— más en la intervención social del ejército y en la defensa asimétrica que en una carrera armamentística que pudiera comprometer, precisamente, el gasto social.

Pero Washington siempre piensa geopolíticamente: Venezuela no le preocupa mientras siga vendiendo petróleo; dificultando el lavado de dinero y ajena al conflicto colombiano. Lo que le inquieta es su nueva “diplomacia petrolera”, más multilateralista y menos alineada que antaño. Ahora, tras las elecciones, la Casa Blanca parece apostarle al pragmatismo. Pero Chávez no se relaja: sabe que la —aparente— solidez sigue teniendo bases muy frágiles...

Juan Agulló es doctor en Sociología por la École des Hautes Études en Sciences Sociales —EHESS— de París, Francia. En la actualidad realiza una investigación posdoctoral para la EHESS y la Universidad Nacional Autónoma de México sobre ‘movilización social y cambio político en la Venezuela contemporánea’ (esturion@nodo50.org).

Marco Aurélio Nogueira

O segundo governo de Lula: possibilidades e perspectivas

O que podemos esperar do segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da

Silva, recentemente reeleito com grande votação no Brasil?

O Brasil continua com graves problemas nas estruturas superiores do Estado e nas práticas de governo, não dispõe de uma sólida cultura republicana, e seu aparelho de Estado ainda não se adaptou aos tempos atuais. A campanha eleitoral de 2006 mostrou que a sociedade está sem alternativas políticas. Ainda que a perspectiva geral não seja sombria, o quadro se mostra repleto de desafios e incertezas.

Partidos Políticos em Desconstrução

Um primeiro aspecto diz respeito aos partidos políticos. PT e PSDB saíram das urnas exibindo dúvidas e interrogações. Apesar dos bons resultados eleitorais, não evoluíram como atores políticos capazes de coordenar a sociedade ou de apresentar a ela alguma agenda consistente de reformas. Emergiram das urnas como partidos divididos, às voltas com problemas internos de difícil solução e desprovidos de pujança propositiva, como se fossem organismos sem espírito e sem identidade.

Quando todos esperavam um recuo eleitoral do PT, deu-se o contrário: não somente Lula foi reeleito com grande votação como também a bancada petista no Congresso Nacional manteve-se no mesmo patamar de antes, revelando a presença de uma importante base nacional de sustentação e apoio às suas postulações. Mas foi Lula, não o PT, quem recebeu a consagração eleitoral. O “lulismo” ficou mais forte que o “petismo” e o partido se converteu em uma espécie de refém de sua maior liderança. O PT, que já se havia cindido em 2005, com a criação do PSOL, não conseguiu aglutinar suas correntes internas em torno de uma definição clara do que deva ser o segundo mandato de Lula e de uma concepção de reformismo

para um país como o Brasil, nas concretas condições do capitalismo globalizado. Tal indefinição perdura ainda agora, quando se discute com maior afinco a cara que terá o segundo governo de Lula. Como evoluirá?

Passou-se algo parecido com o PSDB, que desde 2005 vem demonstrando baixa capacidade de se apresentar como protagonista político e como proponente de uma alternativa consistente para a sociedade. O partido terminou as eleições dividido, sem unidade de comando e sem definir o eixo em torno do qual tentará construir sua plataforma de oposição. Ainda que tenha conquistado o governo de importantes estados da federação (São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) e formado uma importante bancada parlamentar no Congresso Nacional, o partido não se consolidou como força nacional, nem se mostrou qualificado para interpelar as diferentes camadas da sociedade brasileira. Revelou-se implantado somente em termos regionais, desprovido de um discurso articulado e com baixa capacidade de proposição.

O quadro não muda muito quando se consideram as demais legendas. É impossível afirmar que alguma força política tenha se sobressaído nas eleições. O Partido da Frente Liberal-PFL (centro-direita) ficou praticamente reduzido a Brasília. O PMDB manteve sua expressão nacional, o que lhe dá ótimas condições de usar e abusar da sagacidade política para se manter no primeiro plano. Sua caracterização, no entanto, permaneceu a mesma: um corpanzil sem rosto, sem alma e sem eixo. Houve alguns avanços localizados, do PSB, do PP e do PDT, mas nada que se possa considerar sustentável.

O Brasil parece ter ingressado numa fase em que os partidos políticos já não mais coordenam a sociedade nem orientam os processos de mudança. Mantêm-se como personagens importantes do mundo

político, capturadores de votos mas não de consensos, até mesmo porque têm poucas idéias a oferecer. No formato atual, os partidos não mais dão conta da complexidade nacional e nem se mostram capazes de agir com determinação reformadora e disposição de organizar a sociedade. Para tentarem se reconstruir como atores positivos, dependem bastante das medidas que vierem a ser tomadas em termos de reforma política. Ou seja, ficaram mais vinculados ao Estado que à sociedade.

O maior drama – um vazio de idéias

Um segundo ponto de incerteza tem maior dramaticidade: refere-se ao vazio de idéias, que hoje abarca da esquerda à direita. Faltam consensos e propostas claras para enfrentar aquilo que tem sido considerado, por todos, como a grande questão do próximo ciclo, qual seja, a de fazer a economia crescer em condições de estabilidade de preços e sem exigir qualquer tipo de sacrifício adicional da sociedade, que se mostra extenuada depois de mais de uma década de ajuste, contenção salarial e desigualdade social. Todos falam em crescimento, aumento do emprego e distribuição de renda, em combate à pobreza e em reforço da infra-estrutura econômica, mas não há muito entendimento quanto ao modo de se chegar a isso. Há uma certa efervescência entre técnicos governamentais, *policy-makers* e intelectuais, mas ela não chega à classe política, que permanece alheia às circunstâncias objetivas do país, sem se qualificar em termos técnicos e intelectuais.

Lula terminou seu primeiro governo, portanto, em uma situação pouco animadora. No segundo mandato, governará inevitavelmente cercado pelas ilhas erráticas e desconectadas da representação parlamentar, sem poder se agarrar a nenhuma

delas em particular. Não terá como se beneficiar de uma agenda nacionalmente estabelecida, nem de um consenso estruturado para a construção de algum futuro. Conviverá com um sistema político que funciona sem maiores contratempos e consegue viabilizar a competição democrática e a representação, mas que se mostra distante da sociedade e sem condições de processar com agilidade e rigor as diferentes demandas sociais e a luta entre os distintos interesses. O sistema contém irracionalidades demais e demonstra pouca capacidade de contribuir para o governo do país.

Sociedade dinâmica, mas vulnerável numa economia amarrada

O terceiro ponto de incerteza e tensão tem a ver com o contexto mais geral.

A sociedade brasileira é hoje simultaneamente hipermoderna e periférica, ou seja, dinâmica, fragmentada, plural e individualizada mas também desequilibrada, desigual, vulnerável e repleta de problemas vindos do passado. Sua diferenciação e seu dinamismo praticamente impedem a reprodução sustentada de centros de coordenação. A sociedade desloca-se bastante, mas faz isso sem unidade e sem metas claras: há *movimentação* demais, *movimento* de menos. Nesse contexto, as instituições flutuam, sofrem para fornecer parâmetros para as condutas individuais, para os relacionamentos, para a dinâmica econômico-financeira. Os indivíduos, com isso, ficam “soltos”, desconectados do social, sem saber como encaminhar suas reivindicações, que crescem de modo exponencial. Tudo somado, o governar produz poucos resultados, nunca chega propriamente a agradar, além de se ressentir da falta de apoios sociais e de uma legitimidade estável e duradoura.

Para piorar, a economia parece amarrada pelas decisões econômico-financeiras ortodoxas que desde os anos 1990 vêm consolidando uma estabilização monetária sustentada por ajustes fiscais, baixos investimentos públicos, elevada carga tributária e altas taxas de juros. Os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula pouco fizeram para reduzir a vulnerabilidade externa do país, sua fragilidade fiscal, sua péssima distribuição de renda, e com isso não conseguiram impulsionar o crescimento nacional. Foram, também, prejudicados pela ausência de projetos políticos capazes de apresentar à sociedade alguma agenda consistente de reformas.

Ainda que possam existir condições internacionais favoráveis – como ocorreu, por exemplo, durante todo o primeiro governo Lula –, a estrutura de mercados irresponsáveis, a financeirização e a natureza categoricamente sistêmica da economia mundial dificultam a reorientação das políticas econômicas. O maior desafio do segundo mandato de Lula, nesse setor, será compatibilizar os recursos políticos que possui com uma inteligência técnica renovada, que terá de agregar. Somente assim terá como “redescobrir o desenvolvimento”, pensando-o em chave nova, que negue ao mesmo tempo a atração por um baixo crescimento que não comprometa a estabilidade e a ficção de um crescimento autóctone rigidamente planejado por um Estado todo-poderoso.

Atingido pelo cruzamento do lado sociológico com o lado internacional, o segundo governo Lula continuará tendo de agir em um quadro de possibilidades restritas: cercado “por cima” – pela economia mundial que não poderá controlar – e “por baixo” – pelas demandas e pressões internas, que não conseguirá refrear nem atender.

Se levarmos em conta o roteiro seguido pelo candidato Lula, por seu partido e

seus assessores, o presidente terá, em seu segundo mandato, de se dirigir ao “movimento social” para poder governar. Se fizer isso sem nuances, sem flexibilidade e sem respeito ativo pelo pluralismo da sociedade – quer dizer, sem foco na articulação política ampliada e na defesa da democracia –, teremos mais tensão social e mais atrito com a política institucionalizada. Nesse caso, as chances de avanço e de resolução efetiva dos problemas sociais tenderão a diminuir muito, até mesmo porque a sociedade como um todo não se reconhecerá nas ações e opções governamentais, com a diminuição correspondente das margens para a obtenção de consensos. Por isso, não é de se esperar que seja esse o caminho a ser trilhado pelo governo.

Uma reforma mais do que política

Como pensar então os anos futuros?

O Brasil não se encontra em uma situação-limite. Ainda que desgastada em seu aspecto mais imediatamente representativo e institucional, a política não se tornou “irrelevante”. Parece estar ganhando impulso uma forma de política que ultrapassa e compensa a política institucionalizada. Os cidadãos movimentam-se, buscam “agir” e “fazer coisas” voltadas para o “bem público”, e o próprio processo de tomada de decisões reflete essa disposição, adaptando-se parcialmente a ela. Há muitas experiências “participativas” em curso no país, e elas não podem ser sumariamente desprezadas, mesmo quando se considera que algumas delas (como o chamado “orçamento participativo”) estejam bastante desgastadas.

Mas é evidente que o simples movimentar-se, a disposição cívica e as novas postulações éticas não têm como dar origem, por si sós, a comunidades políticas

capazes de gerar justiça social e boa vida. Sem o reconhecimento da disposição participativa dos indivíduos e grupos não se pode ir muito longe. Mas somente com ele – ou seja, sem a correspondente recuperação da instância representativa da democracia – corre-se o risco de permanecer girando em falso.

Isso significa que o próximo ciclo terá de converter a reforma política em questão estratégica. Não somente porque essa tem sido uma idéia recorrente desde a Constituinte de 1988. Quase vinte anos depois dela, praticamente nada se fez em termos de melhoria das instituições representativas e da qualidade da democracia brasileira. É de se esperar que a partir de 2007 os legisladores, os dirigentes e as elites intelectuais abram com seriedade a discussão sobre a reforma política. Mas tal iniciativa será inócua se não vier acompanhada de arrojo e criatividade, de modo a questionar o mantra monótono que nos embala, que fala em voto distrital, em listas fechadas, em cláusulas de barreira, em fidelidade partidária, em financiamento público dos partidos, como se isso fosse uma tábua de salvação e significasse a regeneração imediata da política.

A reforma política, porém, não poderá ficar cega para a dimensão ética e cultural da política e para o mundo real em que se vive, e muito menos poderá ser concebida como uma cataplasma universal capaz de resolver todos os problemas.

Antes de tudo, políticos, intelectuais e governantes terão de assimilar uma realidade na qual as instituições ficaram mais leves e menos impositivas, e as pessoas se movimentam com maior dinamismo e maior disposição de questionar tudo e de duvidar de tudo. A reconstrução das instituições – do Estado à família e à escola – terá de ser pensada a partir de critérios mais democráticos, abertos e dinâmicos. Será preciso experimentar sucessivas

reformas, que ajustem e remodelem as instituições políticas, tornando-as mais coerentes, mais eficazes e mais dialógicas, mas será preciso também abrir mais espaços para a projeção das pessoas na política. É de se esperar que se descubra como integrar e institucionalizar a disposição participativa das pessoas sem sufocá-las nem enquadrá-las. Se quiser, portanto, interagir com as pessoas, a política terá de se valorizar como recurso social estratégico: ser um espaço de reflexão crítica sobre o Estado, de agregação cívica de interesses e expectativas, de firme confronto de idéias, não apenas de “competição pelo voto”.

No ciclo que se iniciará, tudo parece indicar que o Brasil continuará governado por alguma forma imperfeita de centro-esquerda, que oscila entre o mundo social e o associativismo tradicional (o PT), e a introdução de novas modalidades de gestão estatal e de organização da economia (o PSDB), ou entre um “capitalismo social” e um “capitalismo gerencial”. O mais provável é que continue espremido entre duas postulações que transitam e fluam entre discursos carregados de promessas futuras e de obsessões fantasmagóricas, voltadas para o passado.

Diferenças de estilo, de projeto e de vínculo social evidentemente existem. PT e PSDB não vêem o Estado do mesmo modo, ainda que não estejam sendo capazes de detalhar que Estado imaginam ser necessário para o século XXI. Passa-se o mesmo em termos de política econômica e da visão do que julgam ser uma “boa sociedade”. São forças que se opõem, mas que não estão separadas por distâncias abissais, insuperáveis. O que sobra do confronto é quase nada.

A desorganização do quadro partidário e a “desconstrução” do PT e do PSDB fizeram com que a política brasileira passasse a se ressentir da ausência de uma

referência consistente em termos de esquerda democrática, fator que tenderá a dramatizar em alguma medida a movimentação política no próximo período. É de se esperar que tanto os núcleos democráticos opositores, quanto as alas mais políticas do PT e do governo Lula venham a buscar algum tipo de operação para ocupar esse amplo espaço de esquerda, que hoje está desguarnecido.

A sociedade brasileira tem avançado em algumas importantes áreas, ainda que sem conseguir estruturar um programa de ação para o futuro. É verdade, por exemplo, que a desigualdade vem caindo nos últimos anos, mas também é verdade que o Brasil continua a ser um dos países mais desiguais do mundo. A trajetória do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos últimos anos revela um país estagnado em educação e saúde. Se, entre 1990-1995, o índice apresentou crescimento anual médio de 0,79% e, entre 1995 e 2000, de 0,94%, no período 2000-2004 subiu somente 0,22%, bem menos do que os 0,48% da Colômbia e os 0,47% do Chile. A desigualdade é flagrante: os 10% mais ricos da população detêm 45,8% da renda nacional, ao passo que os 10% mais pobres ficam com apenas 0,8% dela.

Por sua vez, os programas sociais de transferência de renda – como, por exemplo, a Bolsa-Família implementada por Lula na sequência de iniciativas semelhantes que haviam sido tomadas por Fernando Henrique Cardoso –, mesmo que focalizados e de curta duração, poderão produzir importantes impactos positivos e reduzir as zonas de miséria e exclusão social. Mas não foram, até agora, complementados por iniciativas dedicadas a promover de fato os segmentos excluídos ou em condição de extrema pobreza a uma posição de maior competitividade no mercado de trabalho e a uma condição efetiva de cidadania ativa.

O Brasil é um país com imponentes recursos naturais e ocupa uma posição de destaque na economia internacional. Se se concentrar na recuperação de sua infraestrutura (energia, transportes, comunicações, portos) e na reformulação das bases da política macroeconômica praticada nos últimos anos, poderá voltar a crescer em ritmo mais acelerado. Além do mais, há uma disposição participativa latente e uma forte indignação moral na sociedade, que se forem politizadas terão importantes desdobramentos políticos. Nesse caso, crescerá o germe de uma convicção socialmente enraizada de que o país poderá avançar com rapidez se conseguir juntar suas forças, privilegiar suas camadas mais pobres e instituir a democracia – com seus tempos, suas negociações, seu pluralismo, seus conflitos – como via estratégica da reforma e do futuro.

Marco Aurélio Nogueira, professor de Teoria Política da Universidade Estadual Paulista-UNESP, em São Paulo (Brasil), e autor, entre outros, dos livros Em defesa da política (2001) e Um Estado para a sociedade civil (2004).

Ulrike Capdepón

La memoria de la Guerra Civil española a los setenta años de su comienzo

Como ha mostrado el debate público de los últimos meses, la Guerra Civil española (1936-1939), a los setenta años de su comienzo, ha suscitado controversias ocupando a la opinión pública como no lo hizo en aniversarios anteriores. El hecho de que se haya aprobado una ley para que 2006 sea declarado como “año